

Entrevista com Yuri Mello Mesquita

Yuri Mello Mesquita possui graduação e mestrado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (2008 e 2013) e cursa doutorado na mesma instituição. Foi também diretor do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH) e diretor de Patrimônio Cultural, Arquivo Público e Conjunto Moderno da Pampulha da Fundação Municipal de Cultura. Atualmente, compõe a Secretaria Municipal de Política Urbana da Prefeitura de Belo Horizonte. Dedicar-se, em especial, às áreas de História de Belo Horizonte, História Ambiental e História Ambiental Urbana.

Entrevista concedida via correio eletrônico a Ana Luisa Ennes Murta e Sousa, membro da Comissão Editorial da Revista Temporalidades e discente na linha de História Social da Cultura do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG.

[Revista Temporalidades]: Nos últimos tempos, temos presenciado um certo crescimento de discussões que buscam problematizar a atuação humana em relação aos recursos naturais e ao meio ambiente. Diante da excessiva exploração e dos transtornos diversos gerados por ela, parece-nos haver uma tentativa de reconciliação entre os sujeitos e a natureza. Em sua trajetória acadêmica, a água, nosso recurso mais básico, e o saneamento básico ganham centralidade. O que te levou a pesquisar esse tema? De forma mais ampla, quais contribuições pode trazer uma história que concilia temas caros à história urbana e das cidades e à história ambiental?

[Yuri Mello Mesquita]: Bom, no final de 2006 comecei a trabalhar no projeto de pesquisa da Professora Regina Horta Duarte, História e Natureza. Na época, a possibilidade de trabalhar com História Ambiental Urbana me atraiu, pois sempre quis trabalhar com cidades contemporâneas, metrópoles e as políticas públicas essenciais para as *urbes*. Urbanismo, planejamento urbano, meio ambiente, política... queria pesquisar algo que costurasse esses temas. A História Ambiental Urbana foi uma descoberta, pois nos dá liberdade para a pesquisa, nela procuramos entender os significados sociais, culturais e políticos de elementos considerados como naturais no ambiente urbano. A forma como os políticos de uma *urbe*, assim como seus habitantes, se relaciona com

esses elementos é muito importante para compreender a história das cidades e da urbanização em todo o mundo. Os cidadãos convivem diariamente com os rios, com o lixo que produzem, com a fauna que se adaptou à vida nas cidades, com árvores das praças, parques e ruas que transitam diariamente. Isso mostra como os estudos relacionados à História Ambiental não devem se restringir apenas às áreas de conservação, matas, campos e florestas; facilmente reconhecidos como ambientes naturais.

Na mesma época, em janeiro de 2007, eu também comecei a estagiar no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH). Tive sorte de trabalhar com o acervo fotográfico da instituição, mais precisamente no Fundo da Assessoria de Comunicação do Município. Esse acervo possui cerca de 300.000 negativos de fotografias oficiais da Prefeitura de Belo Horizonte e grande parte dessas imagens é dedicada a obras de canalização e de distribuição de água. Curiosamente, nasci em Belo Horizonte em 1985 e não fazia a menor ideia da quantidade de córregos que havia na cidade, além disso, as imagens demonstravam que, ao mesmo tempo em que eram tamponados, faltava água. Então, a partir daí, resolvi investigar o tema. Os convidados do programa *Cestas da Memória*, do APCBH, me ajudaram bastante (esse programa leva ex-servidores da PBH e cidadãos de BH para identificar o acervo fotográfico da instituição, é um projeto fantástico). Passei a ler os Relatórios de Prefeitos, apresentados anualmente à Câmara Municipal de Belo Horizonte. Na documentação foi possível perceber que a questão sanitária, principalmente no aspecto da distribuição de água e das canalizações dos córregos da cidade eram prioritárias para os gestores municipais, especialmente entre as décadas de 1950 e 1970.

Algo que sempre me instigou a trabalhar com cidades é o fato de tudo possuir inúmeras conexões, cada esquina dobrada, cada lei proposta, cada obra, cada trajetória urbana feita pelos cidadãos... tudo possui várias ramificações, intenções, práticas, projetos, costumes, rupturas e, até mesmo, ligações com projetos urbanísticos e políticos que extrapolam os limites da *urbe*. Acredito que Belo Horizonte oferece oportunidade exemplar para discutir as relações entre política, sociedade, urbanismo e natureza em uma discussão mais ampla sobre as relações entre desenvolvimentismo e vida política no Brasil e na América Latina.

O acesso à água, algo que é natural para muitas famílias, foi motivo de disputa, de lutas políticas, de políticas públicas que priorizam bairros considerados “nobres”. Serviu de pano de fundo para discussões eleitoreiras, de barganha para votos, de mobilização de associações de bairros. Além disso, significou muito trabalho de pessoas, na maioria mulheres, que precisavam caminhar para

buscar água e levar para suas famílias por meio de latas d'água. A ausência do líquido e a má qualidade do mesmo provocou aumento da mortalidade infantil, do número de casos de gastroenterite, entre outras questões.

A água é condição *sine qua non* para sobrevivência de qualquer ser vivo nesse planeta; e até ela chegar nas nossas torneiras temos diversas etapas: estudos sanitaristas, análise de terrenos, projetos, leis sanitárias, licitações (algumas com fraudes), lutas políticas, grilagem, construções irregulares próximas a córregos para acesso ao líquido, escassez, entre várias outras. Tudo isso com temporalidades distintas e com consequências marcantes para as cidades. Por isso é tema essencial para o debate de diversas questões da vida urbana. O mesmo poderia ser feito com o lixo, com os animais não humanos, com a poluição atmosférica, com a impermeabilização do solo, enfim... são muitas as possibilidades. O meio ambiente urbano possibilita diversas frentes de pesquisa histórica, que pode oferecer olhar singular sobre essas questões, levando em consideração as múltiplas temporalidades urbanas. Por isso acredito que a historiografia tem muito a contribuir em vários aspectos, entre eles o planejamento urbano, o patrimônio cultural das cidades e a legislação urbanística.

[R.T.]: Janeiro de 2020 foi considerado o mês mais chuvoso da história de Belo Horizonte, o que causou uma série de problemas. Naquele contexto, muitas discussões profícuas foram alimentadas, no sentido de evidenciar que o processo de urbanização em Belo Horizonte, mesmo em tempos mais recentes, negligencia o poder das bacias hidrográficas sobre as quais a cidade se assenta. Assim, foram recuperadas imagens que retratam, especialmente, obras públicas operadas no município nas décadas de 1960 e 70. Sabemos que um dos fatores que contribuiu para a escolha da região como capital do estado foi justamente sua capacidade de abastecimento. Mais de um século depois, no entanto, somos obrigados a deixar de ignorar os “rios invisíveis” da capital, como definiu o geógrafo Alessandro Borsagli, que propiciaram sua construção, mas que também evidenciam graves dificuldades. Na sua visão, como podemos refletir sobre o modelo de urbanização vigente à luz dessas questões?

[Y.M.M.]: No início de 2020, a região sudeste do Brasil sofreu com intensas chuvas em volume maior que a média histórica. Em Belo Horizonte, janeiro deste ano foi o mês mais chuvoso desde que a medição começou a ser feita, há 110 anos. Do dia 1º até o dia 29 a capital mineira registrou

932,3mm de chuva. Para efeito de comparação do volume imenso de precipitação no primeiro mês de 2020, em todo o ano de 2019 as chuvas em BH somaram 986,6mm. Em 28 de janeiro tivemos a maior tempestade já registrada em toda a história da capital, 183,5 mm em aproximadamente duas horas e meia na regional Centro-Sul. Isso também se deve a questões meteorológicas específicas e às mudanças climáticas em escala global, mas vamos nos ater aqui às questões das políticas urbanas em Belo Horizonte, que sempre sofreu com esse grave problema.

As enchentes são, infelizmente, corriqueiras nos verões belo-horizontinos desde a fundação da cidade. Todavia, acredito que as discussões das últimas cheias, chamadas de “históricas” ou de “chuvas de 100 anos” foram muito importantes e trouxeram novos elementos sobre a forma como tratamos os rios e impermeabilizamos o solo na cidade. Para responder melhor à questão, creio que é importante fazer breve histórico e discutir rapidamente o Plano Diretor de 2020.

Belo Horizonte foi planejada com pouca consideração pela topografia e hidrografia da região em que foi construída. O traçado irregular dos rios não era compatível com as ruas retilíneas pretendidas pelos engenheiros da Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC), responsável por projetar e construir a cidade no final do século XIX. Devido a essa concepção, os cursos d’água sofreram a primeira intervenção e foram “canalizados”, para acompanhar o trajeto das ruas. A cidade foi inaugurada em 1897 sem estar “pronta”, entre os projetos inacabados estava a rede de esgoto, que foi despejado nos córregos sem qualquer tipo de tratamento. Conforme a cidade crescia, o volume dos dejetos aumentava, poluindo progressivamente as águas da bacia do Rio Arrudas e do Ribeirão Onça. Por meio desse processo, os córregos da cidade viraram locais de despejo de lixo, indesejados e sujos. As inundações também contribuíram para a sua rejeição pelos habitantes.

As margens dos cursos d’água de Belo Horizonte foram indevidamente ocupadas, as matas ciliares foram cortadas. As enxurradas, sem uma rede coletora de água pluvial, eram conduzidas diretamente aos córregos, levando todo o tipo de detritos que havia no caminho, sem contar os casos em que o lixo era jogado diretamente nos córregos, o que provocava seu assoreamento, aumentando assim o índice de enchentes. Além disso, a crescente pavimentação das ruas da cidade diminuiu absorção de água pela terra, aumentando o volume das enxurradas, agravando ainda mais esse cenário. As enchentes são fenômenos naturais e eventos sociais que tiveram, e continuam a ter, enorme impacto nas cidades brasileiras no decorrer do século XX. Nesse tipo de evento são postos à prova vários atores, como a municipalidade, membros da sociedade civil e órgãos de

assistência, expondo tensões entre segmentos sociais envolvidos no processo de urbanização e na configuração das territorialidades que dele participam.

Devido a esse cenário de repetidas enchentes e poluição, as obras de canalização foram propagandeadas como a grande solução desses problemas e também serviriam, nos anos 1960 e 1970, para outro propósito, a ampliação do asfalto para a melhoria do fluxo de automóveis. Entre 1948 e 1973 a canalização tornou-se o espelho do progresso para os políticos da capital e era percebida como obra de embelezamento, pois na concepção urbanística adotada pelos administradores de Belo Horizonte a partir dos anos 1960 o asfalto, além de ser mais útil, era mais bonito. A pavimentação também possibilitaria o plantio de árvores e flores nos canteiros recém-inaugurados, dentro da máxima de fazer Belo Horizonte voltar a ser a “Cidade Jardim” – só que nesse jardim de asfalto não havia água.

Além da canalização dos córregos, temos outra questão que contribui com as enchentes em Belo Horizonte, em São Paulo, no Rio de Janeiro e em várias outras cidades no Brasil, a impermeabilização do solo. Até o plano diretor de 1996 não havia taxa de permeabilidade para construção nos lotes, ou seja, você poderia impermeabilizar tudo para sua obra, asfaltar, colocar laje, cimento, ou qualquer tipo de edificação cobrindo 100% do terreno. Vale ressaltar que, segundo funcionárias da Secretaria de Planejamento Urbano da Prefeitura, a medida foi muito criticada por parte do empresariado e dos munícipes que buscava aprovar projetos de edificações. Se dizia que poderia inviabilizar a cidade para construção civil, ou que o poder público estava interferindo no terreno privado de forma autoritária. Houve até reportagens sobre o tema, pois parecia haver estranheza sobre a finalidade dessa medida.

Outro problema grave que diz respeito à impermeabilização do solo são as construções irregulares, que não possuem projeto aprovado na Prefeitura, ou as que aprovam o projeto corretamente, mas constroem infringindo parâmetros, ou seja, tentam ludibriar a legislação. São vários exemplos de estacionamentos, de casas, de edifícios, de galerias, de lojas e de grandes empreendimentos que descumprem a legislação urbanística. Isso provoca problemas ambientais sérios na cidade, como aumento das “ilhas de calor” e da impermeabilização do solo, processo que contribui para a frequência e a intensidade das chuvas fortes e para as cheias dos córregos.

Assim, quando a chuva cai, a água corre toda para os bueiros que, devido à impermeabilização, ao lixo, aos projetos urbanos citados, não suportam a demanda e transbordam. Além disso, temos o grave problema do lixo que é jogado de forma irregular nas vias públicas. Para se ter ideia, em

dezembro de 2018 a Superintendência de Limpeza Urbana de Belo Horizonte (SLU) colocou uma espécie de “aquário” na Praça 7, no centro da capital mineira, um lixômetro, para demonstrar o quanto se sujava as ruas. Na época, três toneladas de lixo por dia somente naquele pequeno espaço.

No início do ano de 2020 entrou em vigor o Novo Plano Diretor, lei municipal 11.181/19, que trouxe avanços, pois o instrumento trabalha com a lógica de soluções que consideram o impacto da urbanização e procura mitigá-lo por meio de medidas concretas. Existe incentivo para o uso de elementos de drenagem, para o aumento da taxa de permeabilidade nas áreas dos lotes, para a implantação de jardins de chuvas nas áreas públicas e ao longo das bacias para diminuir a taxa de impermeabilização e a velocidade com que a água chega nos fundos de vale. No plano diretor anterior, as taxas de permeabilização não eram qualificadas. Ou seja, você poderia colocar gramado ou área verde qualquer sobre uma garagem, o que não resolve efetivamente a impermeabilização do solo. No novo Plano Diretor é necessário ter área permeável em terreno natural. Além disso, novos empreendimentos precisam colocar caixa de captação da água de chuva. As edificações, agora, recebem estímulos para reuso de água, uso de energia alternativa, instalação de elevadores inteligentes, entre outras medidas. Com a fiscalização efetiva e o respeito por parte dos munícipes, creio que este Plano poderá trazer benefícios em médio prazo para a cidade.

Além disso, no mesmo contexto de regulamentação do plano e das tempestades do início do ano, o Prefeito Alexandre Kalil publicou o decreto N° 17.273, de 4 de fevereiro de 2020. A normativa dificulta as canalizações em Belo Horizonte ao dizer que “nas áreas de conexões de fundo de vale e ADEs de interesse ambiental, fica vedada a canalização de cursos d’água em leito natural”. Em relação às canalizações já existentes, caso haja intervenções, pode ocorrer um processo de descanalização, se for viável. “Nas intervenções estruturantes em cursos d’água canalizados, a canalização somente poderá ser mantida se demonstrada a inviabilidade técnica ou econômica da sua naturalização”.

A ação do executivo municipal mostra como o debate sobre as enchentes passou a considerar a questão do meio ambiente urbano e, finalmente, reconhece que as canalizações não são medidas efetivas para prevenção das cheias. Claro que isso não significa a extinção do tamponamento dos córregos, pois pode ser feita ou mantida em casos especiais, ou por meio de novos decretos ou lei específica (veja Bolsonaro modificando legislação para ampliar desmatamento a nível federal). Entretanto, é uma medida a ser comemorada, pois a canalização de córregos finalmente possui uma legislação efetiva que desaconselha sua prática.

[R.T.]: Existe uma certa mitologia em torno da noção de Belo Horizonte como primeira capital planejada do país. Apesar do efetivo planejamento que propiciou a transferência da capital de Minas Gerais para o antigo Curral del Rei e do esforço de numerosos sujeitos em projetar a cidade, sabemos que muito do que atualmente constitui o tecido formal de Belo Horizonte surgiu de ocupações espontâneas que rapidamente ultrapassaram os limites originais da urbe. Ainda hoje, ocupações espontâneas e organizadas, movidas por uma crise habitacional, transformam esses limites. Diante disso, milhares de famílias, ao longo da história da capital mineira, não contaram ou contam com abastecimento de água e serviços de saneamento básico. Como você avalia, historicamente, a atuação do poder público no sentido de suprir as demandas colocadas pelo acelerado processo de urbanização vivenciado na cidade? Num contexto de crise sanitária, como o atual, de que formas essa realidade se evidencia?

[Y.M.M.]: Sim, temos uma idealização do projeto da Comissão Construtora e uma série de mitos em torno da fundação de Belo Horizonte. Toda efeméride do aniversário da cidade vemos os mesmos lugares comuns e algumas imprecisões históricas, como “a primeira cidade planejada do Brasil”. Todavia, é importante ressaltar que a cidade foi inaugurada sem estar efetivamente pronta. A Comissão chefiada por Aarão Reis imaginou uma cidade moderna e capaz de suportar 200 mil habitantes, com água e instalações sanitárias que seriam disponíveis a todos. Todavia, houve grande diferença entre o projeto e a execução. A CCNC enfrentou problemas financeiros, de tempo, de logística, de falta de materiais, de escassez de mão de obra especializada, dentre outros. Devido a esses fatores, a rede de água e a rede de esgoto não foram construídas conforme o plano. A estação de tratamento de esgoto, prevista, não foi construída e o lançamento de detritos foi realizado de forma direta nos córregos. Além disso, as galerias pluviais não foram terminadas, levando a uma sobrecarga do sistema. Deve-se destacar que a rede de esgoto se limitava às casas na “cidade oficial”, com plantas aprovadas pela Municipalidade. Dessa forma, em muitos locais não havia o menor controle em relação aos dejetos produzidos pelos lares, jogados em regos improvisados nas ruas, nos córregos ou em cisternas. Esses improvisos e a falta de respeito aos preceitos sanitários da época, tão propalados pelos projetistas da *urbe*, fizeram com que a cidade não tivesse um planejamento de infraestrutura sanitária para orientar a sua expansão, resultando em graves problemas, principalmente em regiões mais pobres.

Esses problemas estruturais congênitos, somados ao crescimento descontrolado e à falta de planejamento continuado tiveram péssimas consequências para a cidade, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, com o arrebentamento de esgotos, falta de água, enchentes a cada chuva e alto índice de doenças, como a esquistossomose e, principalmente, a gastroenterite. Apesar de várias ações do poder público nesse período, a população de maior poder aquisitivo teve privilégios na resolução desses problemas.

Essa urbanização com ideais desenvolvimentistas automobilistas, descrita na resposta anterior, que impermeabilizou indiscriminadamente, canalizou e desmatou indiscriminadamente, provocou tragédias urbanas em nome do progresso. Foram décadas de “modernização” soterrando os rios, impermeabilizando o solo e empurrando os pobres para as “periferias”. Além disso, tivemos especulação imobiliária que pode ser considerada como predatória e gentrificadora. Belo Horizonte cresceu muito mais rapidamente que poderia suportar, especialmente nos anos 1960, quando a população passou de 600.000 para 1.200.000 habitantes. Nessa época, as margens dos córregos foram ocupadas por famílias desesperadas, que construíram moradias improvisadas. Pela grande demanda, vilas eram abertas por empresas e donos de terrenos. Cabia à prefeitura aprovar os projetos urbanísticos. Todavia, por necessidade de abertura de novas áreas de habitação, somada ao *lobby* político, a prefeitura autorizou o funcionamento de vários loteamentos sem os serviços públicos mais básicos.

Assim, apesar de todos os habitantes dos municípios serem afetados por esses problemas, a população mais carente é a que mais sofre. A crise habitacional transformou tanto o caráter quanto a magnitude do problema das cheias nas cidades, isso é muito bem discutido por Mike Davis na obra “Planeta Favela”. Isso fica evidente no caso de Belo Horizonte: na pesquisa para minha dissertação os dados mostram maior incidência de doenças provocadas pela falta de saneamento nas regiões de ocupação irregular em Belo Horizonte. A população mais desprovida sofreu com uma negligência governamental sistemática, pois as políticas públicas e as intervenções urbanísticas são raramente pensadas para essa camada desprivilegiada.

Infelizmente isso ficou escancarado durante a pandemia da Covid-19 no continente americano, onde os pobres morrem mais. Não é possível orientar alguém a lavar as mãos por 20 segundos quando essa pessoa não tem acesso a serviços sanitários básicos, não conseguindo nem mesmo lavar os alimentos crus que consome de forma adequada. Existem locais em que várias pessoas dividem o mesmo quarto e não podem fazer isolamento social por diversas razões. Somente para

exemplificar, no estado da Louisiana, nos Estados Unidos, 70% dos mortos são negros, em Nova Iorque, os latinos morrem mais. Infelizmente, vemos mais uma vez que as crises sanitárias afetam diferentemente as diversas camadas da população e atingem de forma mais avassaladora quem não tem acesso aos serviços públicos básicos. Esse problema permanecerá quando tivermos tratamento para a pandemia, pois novas modalidades terapêuticas possuem custos elevados. Será que teremos ação efetiva do poder público, principalmente no âmbito federal com o desgoverno de Jair Bolsonaro, em levar o tratamento de forma igualitária? Vacina, quando houver... enfim, o contexto se agrava, pois temos o pior presidente no pior momento possível.

A crise sanitária que vivemos em 2020 é um *turning point*, para a ciência, para a mídia e vai impactar não só projetos de saúde, mas planos urbanísticos também. Temos a esperança de que os investimentos sejam feitos de formas mais igualitária nas regiões diversas da cidade, priorizando questões graves nas periferias que costumam ser as mais atingidas pelas crises diversas e pelas mazelas urbanas. Todavia, esse cenário ainda parece distante, pois a pandemia de Covid-19 afeta grupos diferentes de formas distintas e a tendência é que, infelizmente, as diferenças sociais aumentem quando tudo isso passar.

[R.T.]: Além de realizar pesquisas acadêmicas na área da História, você foi também diretor do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Sabemos que um dos grandes desafios encontrados pelos arquivos hoje é a consolidação de um acervo digital. Num momento como o atual, em que o isolamento social é, ao menos por ora, um novo normal, a necessidade de investimento de recursos em serviços de digitalização parece tornar-se ainda mais premente. Como você avalia esse novo cenário no sentido de facilitação do acesso ao conteúdo arquivístico que conserva parte de nossa história? Além disso, de que formas a ampliação desse acesso pode auxiliar-nos a repensar e reconstruir o estudo sobre as cidades?

[Y.M.M.]: Comecei a trabalhar no Arquivo Público da Cidade no início de 2007, instituição que está intimamente ligada a minha trajetória. Lá fui estagiário até dezembro de 2008 e posteriormente, em 2009, trabalhei lá em um projeto do BNDES. Em 2010 fui contratado como terceirizado e em 2013 me tornei diretor da instituição. Acumulei, com muito prazer, a Diretoria de Museus, em 2016 e a Diretoria de Patrimônio, em 2017. Saí da Cultura em novembro de 2018 para trabalhar na Secretaria de Política Urbana, me despedindo profissionalmente do arquivo em novembro, depois

de quase 12 anos. Durante todo esse tempo trabalhei com digitalização, o laboratório da instituição aumentou muito no período e é um dos mais bem equipados de Minas Gerais. Antes de me tornar diretor, fui o técnico responsável pela digitalização da instituição e também fiz projetos em outros equipamentos, cada um com objetivos e dificuldades diferentes.

Acredito que a criação de representantes digitais dos acervos arquivísticos é essencial por vários motivos: para difusão, para preservar o documento original (que será menos manuseado), para promover a instituição e para facilitar o acesso aos acervos (atividade finalística dos arquivos). Todavia, a digitalização arquivística precisa seguir critérios técnicos rigorosos, requer muitos investimentos e necessita de apoio de toda a instituição, pois a digitalização é a última etapa do processo, ou seja, o acervo deverá passar anteriormente por todas etapas do tratamento arquivístico. Isso é mais complicado ainda se pensarmos na realidade dos arquivos no Brasil, que recebem poucos investimentos e trabalham com escassez de recursos e de mão de obra.

Como dito, a digitalização é essencial ao acesso e à difusão dos acervos arquivísticos, além de oferecer facilidade de cópia, de acesso. Todavia, a digitalização arquivística deve seguir critérios rigorosos para possibilitar representantes digitais com qualidade, com fidelidade ao documento original e com capacidade de interoperabilidade, que evite a necessidade de se refazer todo processo de digitalização. Vale destacar que a digitalização não substitui o documento de guarda permanente, ou seja, ele não pode ser eliminado após esse processo (parece óbvio para historiadores e profissionais da área, mas é uma das perguntas mais frequentes que recebi na minha vida como profissional de arquivos).

Os arquivos públicos são instituições que não param de crescer, o APCBH, por exemplo é responsável pela gestão, pelo recolhimento, pela preservação e pelo acesso aos documentos produzidos ou recebidos pelos poderes executivo e legislativo, por meio de convênio, de Belo Horizonte. Guarda também documentos privados de interesse público. Agora, imaginem só, a prefeitura de Belo Horizonte possui cerca de 50.000 agentes públicos, cada um deles gera formulários, ofícios, prontuários, processos, entre vários outros documentos e fluxos de serviço. Cabe ao Arquivo fazer gestão documental disso tudo, dar temporalidade aos documentos, eliminar os que cumpriram os prazos legais e guardar a documentação permanente. Ou seja, o trabalho dos Arquivos é infinito, o passivo é enorme e os orçamentos são apertados. Existem Arquivos estaduais e municipais no Brasil que sequer conseguem pagar seu custeio... e, reitero, antes do início da digitalização, pressupõe-se que o tratamento arquivístico dos documentos, a avaliação e escolha

dos acervos a serem digitalizados, já tenha sido realizada com higienização e organização dos documentos.

A digitalização e difusão dos acervos são instrumentos de primeira importância para os Arquivos, pois possibilitam acesso, pesquisas novas, novos projetos de educação patrimonial, o uso de documentos em salas de aula e dá transparência à administração pública, pois torna públicos os atos oficiais de forma ampla. Possibilitaria, por exemplo, a consulta a projetos urbanísticos, aprovados ou não, de fotografias, de relatórios, enfim... A informação, a transparência, a história são fundamentais. Os dados da Gripe Espanhola, por exemplo, podem nos ajudar a refletir sobre o que está acontecendo agora em 2020 no meio da pandemia da Covid-19... os exemplos são intermináveis. Os planos plurianuais dos governos, por exemplo, poderiam ver o que já foi pensado em gestões passadas, o que deu errado, o que foi pretendido, mas não foi implementado. Isso poderia economizar tempo, dinheiro e aperfeiçoaria as políticas públicas. Vou dar um exemplo concreto do início da vida da capital. Olyntho Meireles, prefeito entre 1910 e 1914 queria aumentar a capacidade de abastecimento d'água de Belo Horizonte e argumentou que era necessário um plano inteiramente novo para a captação dos novos mananciais, uma vez que os planos da CCNC estavam perdidos na época. Essa informação pode ser encontrada no relatório da gestão de 1912, digitalizado pelo APCBH a partir do microfilme e disponibilizado no site da PBH.

Todavia, o valor elevado da digitalização e guarda dos documentos digitais, somado ao crescimento do acervo dos Arquivos, ao passivo de documentos sem o devido tratamento, etc., impossibilita projetos de digitalização mais amplos. Existem arquivos que ainda não conseguiram digitalizar um item arquivístico sequer. Por isso, Arquivos costumam fazer seleções dos acervos para digitalizar e divulgar de forma mais ampla. Todavia, mesmo os arquivos que possuem estrutura e projetos constantes de digitalização, como o APCBH, o Arquivo Público Mineiro, o Arquivo Nacional, o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, o Arquivo Público do Estado de São Paulo, possuem pequena parte dos documentos digitalizados. Os Arquivos precisam de investimentos de forma sistêmica, pois eles são a maior fonte de provas e informação em uma época que nos bombardeia com informações falsas e discursos de ódio.